

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

124 - TERAPEUTA OCUPACIONAL
TIPO: B

Frase: "Barreiras são os degraus do sucesso."

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)

 SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.

 TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

 NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

 INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o CARGO deste caderno de prova coincide com o registrado no rodapé de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o TIPO de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 8.

Sem edição

Hélio Schwartsman

Para que servem debates entre candidatos a cargos políticos? Na visão clássica ingênua, seria uma oportunidade para os postulantes apresentarem suas propostas. O eleitor poderia então compará-las e decidir quem merece seu voto.

No mundo real, esse esquema nunca funcionou muito bem. São raríssimos os cidadãos que definem seu sufrágio de modo puramente racional a partir da comparação de propostas. Na prática, o que mais pesa são dinâmicas emocionais, como preferências prévias consolidadas, influência de pessoas próximas e simpatias e antipatias instantâneas, não raro com base em elementos que deveriam ser irrelevantes para a política, a exemplo da aparência.

Um assustador estudo americano mostrou que voluntários conseguiam apontar com 68% de sucesso o vencedor de disputas para o Senado apenas olhando por um segundo para fotos dos concorrentes e indicando aquele com aparência mais "senatorial".

Ainda que não pelas razões clássicas, debates têm utilidade na arena pública. Eles colocam os candidatos em situações de mundo real não inteiramente controladas por seus marqueteiros. É uma oportunidade para o eleitor vislumbrar o postulante despidido das intervenções editoriais que normalmente o acompanham.

Jornal Folha de São Paulo, 25/09/2024 (adaptado)

Questão 01

Na opinião do autor do texto, os debates entre candidatos a cargos políticos servem para

- (A) apresentar as dinâmicas emocionais dos candidatos.
- (B) colocar os candidatos em situações não inteiramente controladas por seus marqueteiros.
- (C) dar oportunidade de os candidatos apresentarem suas propostas.
- (D) consolidar as preferências prévias do eleitor.
- (E) exacerbar simpatias e antipatias instantâneas.

Questão 02

Em relação à articulação do terceiro parágrafo com o restante do texto, podemos afirmar que neste parágrafo específico o autor apresenta

- (A) um exemplo que sustenta a tese de que os debates eleitorais não ajudam os eleitores a decidirem os seus votos.
- (B) uma comprovação científica de que a aparência física é um fator mais relevante para a escolha de candidatos ao senado que seria para outros cargos.
- (C) um argumento que demonstra a total inutilidade dos debates políticos.
- (D) dados estatísticos que comprovam que a aparência do candidato é o fator que mais influencia as pessoas a assistir aos debates políticos.
- (E) um argumento que sustenta a tese de que os eleitores decidem seus votos, muitas vezes, com base em elementos que deveriam ser irrelevantes para a política, como a aparência.

Questão 03

No trecho "São raríssimos os cidadãos que definem seu **sufrágio** de modo puramente racional", a palavra em destaque significa

- (A) confiança.
- (B) priorização de aspectos que definem o voto.
- (C) processo de escolha por votação.
- (D) processo impessoal de escolha, que a deixa ao acaso.
- (E) pensamento.

Questão 04

Em português as palavras são formadas por dois processos principais, a derivação e a composição. Em ambos processos temos alguns tipos. Por exemplo, no trecho "Para que servem **debates** entre candidatos a cargos políticos?", a palavra em destaque é um exemplo de palavra do português que passou pelo processo de formação denominado derivação

- (A) parassintética.
- (B) prefixal.
- (C) sufixal.
- (D) imprópria.
- (E) regressiva.

Questão 05

Em relação à forma como está estruturado, o terceiro parágrafo do texto classifica-se como um parágrafo

- (A) dissertativo-expositivo.
- (B) dissertativo-argumentativo.
- (C) injuntivo.
- (D) narrativo.
- (E) dialogal.

Questão 06

A partir da interpretação da estruturação dos parágrafos do texto, podemos perceber que há, entre o primeiro e o segundo parágrafo, uma relação

- (A) conclusiva.
- (B) aditiva.
- (C) causal.
- (D) explicativa.
- (E) adversativa.

Questão 07

A partir das funções que exercem no trecho "Um **assustador estudo** americano mostrou que **voluntários** conseguiam apontar" do texto em análise, as palavras destacadas classificam-se, respectivamente, como

- (A) verbo, verbo e adjetivo.
- (B) adjetivo, substantivo, substantivo.
- (C) verbo, substantivo e adjetivo.
- (D) substantivo, verbo e substantivo.
- (E) adjetivo, substantivo e adjetivo.

Questão 08

Assinale a única alternativa que possui sentido equivalente ao sentido da oração "Ainda que não pelas razões clássicas, debates têm utilidade na arena pública", retirada do texto.

- (A) Ainda que tenham utilidade na arena pública pelas razões clássicas, os debates tem serventia.
- (B) Apesar de os debates não terem utilidade na arena pública, eles possuem razões clássicas para existir.
- (C) Debates possuem relevância na arena pública, mesmo que não seja pelas razões clássicas.
- (D) Mesmo não sendo pelas razões clássicas, os debates não tem serventia na arena pública.
- (E) Ainda que pelas razões clássicas, debates têm utilidade na arena pública.

Questão 09

O emprego dos tempos e modos verbais serve também para ajudar o leitor a identificar a sequência em que as ações acontecem. Se é preciso dizer que um candidato teve mais votos em 2022 porque também se candidatou em 2018, marcando por meio do tempo verbal qual candidatura aconteceu antes e qual aconteceu depois, deve-se produzir apenas a frase apresentada em:

- (A) Ele tivera mais votos porque se candidatou anteriormente.
- (B) Ele teve mais votos porque se candidatara anteriormente.
- (C) Ele tem mais votos porque se candidatava anteriormente.
- (D) Ele terá mais votos porque se candidatará anteriormente.
- (E) Ele teria mais votos porque se candidatou anteriormente.

Questão 10

Assinale abaixo a única alternativa em que apenas a forma verbal no singular atende às normas de concordância verbal da norma culta da língua portuguesa.

- (A) A maioria dos eleitores brasileiros escolhe seu voto por influência de pessoas próximas.
- (B) Boa parte dos eleitores brasileiros escolhe seu voto por influência de pessoas próximas.
- (C) Mais de um eleitor brasileiro escolhe seu voto por influência de pessoas próximas.
- (D) Mais de um milhão de eleitores brasileiros escolhe seu voto por influência de pessoas próximas.
- (E) A metade dos eleitores brasileiros escolhe seu voto por influência de pessoas próximas.

Questão 11

Na Igreja Católica o cargo de maior prestígio, depois do de papa, é o de cardeal. Supondo que alguém queira uma audiência com o Papa, e que para isso precise se dirigir a um cardeal, pedindo-lhe que a agende, assinale abaixo a única forma de tratamento que estaria adequada ao que preceitua a norma culta da língua portuguesa.

- (A) Gostaria de solicitar que vossa santidade agendasse uma audiência com o Papa.
- (B) Gostaria de solicitar que vossa magnificência agendasse uma audiência com o Papa.
- (C) Gostaria de solicitar que vossa alteza agendasse uma audiência com o Papa.
- (D) Gostaria de solicitar que vossa excelência agendasse uma audiência com o Papa.
- (E) Gostaria de solicitar que vossa eminência agendasse uma audiência com o Papa.

Questão 12

Na oração "A maioria dos eleitores escolhe **quem vai lhes representar** com base em dinâmicas emocionais", o trecho em destaque classifica-se como uma oração

- (A) subordinada substantiva.
- (B) coordenada assindética.
- (C) subordinada adjetiva.
- (D) coordenada adverbial.
- (E) subordinada adverbial.

Questão 13

Assinale abaixo a única construção adequada ao que preceitua a norma culta da língua portuguesa.

- (A) Os candidatos cujas campanhas se concentram em atacar os adversários deveriam ter suas candidaturas cassadas.
- (B) O candidato cuja as campanhas se concentram em atacar os adversários deveriam ter suas candidaturas cassadas.
- (C) O candidato cuja campanhas se concentram em atacar os adversários deveriam ter suas candidaturas cassadas.
- (D) Os candidatos cujas as campanhas se concentram em atacar os adversários deveriam ter suas candidaturas cassadas.
- (E) Os candidatos cujas campanha se concentram em atacar os adversários deveriam ter suas candidaturas cassadas.

Questão 14

A língua portuguesa permite que as palavras sejam pronunciadas de formas diferentes em cada região do país, mas a forma de escrever estas palavras permanece a mesma em todos os lugares, o que costuma causar alguns problemas para quem escreve. Sabendo disso, assinale a única alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente.

- (A) Eu odeio ver sangue, não tenho apitidão para trabalhar na área da saúde.
- (B) No Nordeste, há uma tradição de comer carangueijo às quintas feiras.
- (C) Trabalho bem porque estou em busca de acensão na minha carreira.
- (D) Aquele candidato tinha verdadeira obsessão pelo poder.
- (E) O vendedor que estava atrás do balcão me atendeu muito bem.

Questão 15

Assinale a única alternativa em que há o correto uso da pontuação.

- (A) Eu, posto que creia na política, não sou daqueles que acreditam nos políticos.
- (B) Eu, posto que creia, na política, não sou daqueles que acreditam nos políticos.
- (C) Eu, posto que creia na política, não sou daqueles que acreditam, nos políticos.
- (D) Eu, posto que creia na política, não sou daqueles, que acreditam nos políticos.
- (E) Eu, posto que creia na política não sou daqueles que acreditam nos políticos.

LEGISLAÇÃO DO SUS

Questão 16

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é um elemento essencial na organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como objetivo promover o acesso e a integralidade do cuidado à saúde. Com base nos princípios e diretrizes da PNAB, assinale a alternativa correta.

- (A) A PNAB conceitua longitudinalidade como a construção de relações de afetividade e confiança entre o usuário e o trabalhador da saúde, permitindo o aprofundamento do processo de corresponsabilização pela saúde, construído ao longo do tempo, além de carregar, em si, um potencial terapêutico.
- (B) A PNAB estabelece mecanismos que assegurem acessibilidade e acolhimento pressupõe uma lógica de organização e funcionamento do serviço de saúde que parte do princípio de que a unidade de saúde deva receber, ouvir e atender sua população adscrita.
- (C) A adscrição dos usuários é um processo de vinculação de pessoas e/ou famílias e grupos a profissionais/equipes as unidades de saúde e equipes, com o objetivo de cadastrar para organizar o cuidado geograficamente.
- (D) A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é um componente central da PNAB, e sua implementação deve ocorrer de forma a priorizar a saúde da população em risco, com um olhar especial para as vulnerabilidades sociais e territoriais.
- (E) A presença de diferentes formações profissionais, assim como um alto grau de articulação entre os profissionais, é essencial pois pressupõe o deslocamento do processo de trabalho centrado no usuário para um processo centrado em procedimentos profissionais.

Questão 17

A Lei nº 8.142/1990 complementa a Lei nº 8.080/1990 no que diz respeito à participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e aos critérios de transferência de recursos financeiros. Com base nas disposições da Lei nº 8.142/1990, indique a opção correta.

- (A) O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
- (B) A Lei nº 8.142/1990 estabelece que a participação da comunidade na gestão do SUS ocorre por meio de conferências de saúde e conselhos de saúde, sendo que as conferências devem ser convocadas a cada dois anos, com a participação de diversos segmentos da sociedade para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para as políticas de saúde.
- (C) O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, contará, em nível federal, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde, instâncias colegiadas do SUS.
- (D) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde.
- (E) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação nos Conselhos de Saúde em cada esfera de governo.

Questão 18

O Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, estabelece diretrizes importantes para a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Sobre as disposições contidas no Capítulo V - Da Articulação Interfederativa, Seção I, das Comissões Intergestores, desse decreto, assinale a alternativa correta.

- (A) Serão de competência exclusiva da CIB a pactuação das diretrizes gerais para a composição da RENASES e dos critérios para o planejamento integrado das ações e serviços de saúde da Região de Saúde, em razão do compartilhamento da gestão.
- (B) As Comissões Intergestores pactuarão a organização e o funcionamento das ações e serviços de saúde integrados em redes de atenção à saúde, sendo a Comissão Intergestores Regional - CIR, no âmbito regional, vinculada ao Ministério da Saúde para efeitos administrativos e operacionais, devendo observar as diretrizes da CIT.
- (C) As Comissões Intergestores pactuarão diretrizes gerais sobre Consórcios de Saúde, integração de limites geográficos, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os municípios.
- (D) As Comissões Intergestores pactuarão aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, de acordo com a definição da política de saúde dos entes federativos, consubstanciada nos seus planos de saúde, aprovado pelo Conselho nacional de Saúde (CNS).
- (E) Nas Comissões Intergestores, os gestores públicos de saúde poderão ser representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS e pelo Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS.

Questão 19

A Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017, estabelece a carta dos direitos e deveres da pessoa usuária da saúde no Brasil. Considerando os aspectos abordados por esta resolução, analise as alternativas abaixo e assinale a opção correta.

- (A) A utilização de tecnologias e procedimentos nos serviços deverá proporcionar celeridade na realização de exames e diagnósticos e na disponibilização dos resultados. Não haverá regulamentação do tempo de espera em filas de procedimentos.
- (B) a terceira diretriz da Resolução CNS nº 553 diz que toda pessoa tem direito ao atendimento inclusivo, humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável, com a densidade tecnológica adequada a sua necessidade.
- (C) Quando houver alguma dificuldade temporária para atender as pessoas, é da responsabilidade dos profissionais de saúde assistenciais acolher, dar informações claras e encaminhá-las sem discriminação e privilégios.
- (D) Nas situações em que ocorrer a interrupção temporária da oferta de procedimentos como consultas e exames, os serviços devem providenciar a remoção imediata do usuário para outra região que esteja oferecendo o serviço plenamente.
- (E) A carta garante aos usuários do SUS o encaminhamento às especialidades e aos hospitais, pela Atenção Básica, quando em função da necessidade de saúde e indicação clínica, levando-se em conta a gravidade do problema a ser analisado pelas centrais de regulação, com transparência.

Questão 20

Segundo os artigos 194 e 195 da Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social e será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre esse assunto, marque a alternativa correta que descreve outras formas de contribuições sociais que podem financiar a seguridade social.

- (A) Contribuição do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
- (B) Contribuição sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar. As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.
- (C) Contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.
- (D) Contribuição do exportador de bens ou serviços do interior, ou de quem a lei a ele equiparar.
- (E) Contribuição do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas regressivas de acordo com contribuição anual e o valor do salário de contribuição.

Questão 21

A Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nesta portaria, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A disposição territorial, o escopo, a escala, o papel e a gestão dos serviços de atenção especializada na RAS deverão ser resultados de planejamento descendente e controlado.
- (B) A equipe multiprofissional deverá orientar o usuário e familiares quanto à continuidade do cuidado, preferencialmente, por meio de um plano de saúde integral junto à Atenção Primária à Saúde, reforçando a importância da adesão ao tratamento e promovendo o autocuidado.
- (C) Os serviços de atenção especializada em saúde no âmbito do SUS deverão ser ofertados de forma regionalizada, integrada aos demais pontos de atenção da RAS e articulada a outras políticas de saúde e políticas intersetoriais, para garantir cuidado resolutivo e em tempo oportuno; economia de escala e definição de escopo; qualidade; efetividade; sustentabilidade; e continuidade e coordenação do cuidado.
- (D) Os serviços de atenção especializada à saúde deverão ser centrados no cuidado integral, comprometida com a produção do cuidado entre sujeito, família, equipes demandantes e ofertantes e com o tratamento oferecido.
- (E) As instituições que atuam na atenção especializada à saúde de natureza pública, ficando facultado às instituições privadas o estabelecimento de convênio, são responsáveis por cumprir estritamente o estabelecido na pactuação com o gestor de saúde bucal, no que se refere ao escopo, escala, papel, gestão, padrões de qualidade, promoção da segurança do paciente, diretrizes e protocolos clínicos, critérios e mecanismos de acesso, ações de cuidado compartilhado, apoio clínico, telessaúde, entre outros.

Questão 22

As Conferências Nacionais de Saúde (CNS) representam um importante momento de avaliação da situação da saúde no país e de formulação de diretrizes para as políticas públicas no setor, reunindo cidadãos pela defesa da garantia de direitos, em atenção às necessidades da população. Um exemplo é a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, um marco na história da saúde no Brasil, que forneceu as bases para elaboração do capítulo sobre saúde na Constituição Federal de 1988 e criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre o relatório final da 8ª CNS, assinale a alternativa correta.

- (A) A questão que talvez mais tenha mobilizado os participantes e delegados foi a natureza do novo Sistema Nacional de Saúde, se estatizado ou não, de forma imediata ou progressiva.
- (B) No tema financiamento, não houve consenso sobre os princípios que deveriam orientar a política de financiamento setorial. O relatório foi conclusivo, revelando que esta discussão tem um alto grau aprofundamento.
- (C) Ficou evidente que as modificações necessárias ao setor saúde transcendem aos limites de uma reforma administrativa e financeira, exigindo-se uma reformulação mais profunda, ampliando-se o próprio conceito de saúde, revendo-se a legislação que diz respeito à promoção, proteção e recuperação da saúde, constituindo-se no que se está convencendo chamar de Sistema de Saúde.
- (D) Outro tema bastante polêmico foi aquele relativo à separação da "Saúde" de "Indicadores Sociais". O entendimento majoritário foi o de que os Indicadores se deveriam encarregar das ações próprias e dados epidemiológicos e a saúde estaria entregue, em nível federal, a um único órgão com características novas.
- (E) O documento apresentado para aprovação em plenária era o relato consolidado das propostas debatidas durante os quatro dias de conferência, nos 220 grupos de trabalho (80 de delegados e 140 de participantes), onde foram discutidos os temas: Saúde como Direito, Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento Setorial.

Questão 23

A Lei nº 8.080, de 1990, que regulamenta as ações e serviços de saúde no Brasil, é o marco regulatório do Sistema Único de Saúde (SUS). A respeito dos princípios, diretrizes e organização do SUS, conforme disposto na Lei nº 8.080/1990, analise as seguintes afirmativas e marque o item correto.

- (A) As diferentes instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigadas a disponibilizar nas respectivas páginas eletrônicas na internet os estoques de medicamentos das farmácias públicas que estiverem sob sua gestão, com atualização mensal, de forma acessível ao cidadão comum.
- (B) As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente.
- (C) A participação popular é garantida no SUS, conforme a Lei nº 8.080/1990, por meio dos conselhos de saúde em cada esfera de governo, que têm caráter deliberativo e participam da formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde.
- (D) As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 196 da Constituição Federal.
- (E) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, o SUS deve organizar-se de forma regionalizada e hierarquizada, com a garantia de atendimento integral ao paciente, compreendendo ações e serviços preventivos, curativos e de reabilitação, sendo facultado aos serviços de vigilância sanitária a execução de forma descentralizada ou centralizada.

Questão 24

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Sobre as ações e serviços públicos de saúde que integram o Sistema Único de Saúde e suas diretrizes, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de seus pacientes pelo SUS, para o cumprimento dos pisos salariais dos profissionais da enfermagem.
- (B) Oferecer atendimento integral, com prioridade para as atividades que envolvem tecnologias leves-duras, sem prejuízo dos serviços técnicos-assistenciais.
- (C) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre, no caso da União, a receita corrente bruta do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 20% (vinte por cento).
- (E) Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de contratação direta, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação

Questão 25

O Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, regulamenta a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a regionalização e a integração da atenção à saúde. Com base nas disposições deste decreto, é correto afirmar que:

- (A) O planejamento da saúde em âmbito nacional deve ser realizado de maneira regionalizada, a partir das necessidades dos Municípios, considerando o estabelecimento de metas de saúde.
- (B) De acordo com o Decreto nº 7.508/2011, os Estados e Municípios são responsáveis pela criação de suas próprias redes de atenção à saúde, devendo seguir normas gerais estabelecidas pela União, assegurando que haja uniformidade na organização do SUS em todo o território nacional.
- (C) No planejamento podem ser considerados os serviços e as ações prestados pela iniciativa privada, de forma conveniada e complementar ao SUS, os quais deverão compor os Mapas da Saúde regional, estadual e nacional.
- (D) O Conselho Nacional de Saúde estabelecerá as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, de acordo com as características epidemiológicas e da organização de serviços nos entes federativos e nas Regiões de Saúde.
- (E) O planejamento da saúde é facultado aos entes públicos e obrigatório à iniciativa privada, como indutor de políticas.

ESTATUTO DA PB SAÚDE

Questão 26

Instado pelo Estatuto da PB Saúde, vigente na forma do Decreto Estadual nº 40.096 de 28 de fevereiro de 2020, temos que o Conselho de Administração é órgão de deliberação superior, controle e fiscalização da PB Saúde, constituído por 8 (oito) membros e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo estadual. Compete privativamente ao Conselho de Administração:

- (A) Examinar e aprovar políticas, planos e projetos institucionais desenvolvidos e propostos pela Direção Superior, assegurando-se que as políticas, planos, programas e projetos institucionais, estejam em harmonia com as políticas estaduais e nacionais de saúde e garantam a sustentabilidade econômico-financeira do Estado da Paraíba e da PB Saúde; e o quadro de empregos e a estrutura remuneratória de pessoal da PB Saúde, sejam submetidos à prévia apreciação e aprovação do Conselho de Administração, antes da realização de processos públicos para seleção e recrutamento de pessoal; dentre outros.
- (B) Promover, anualmente, a análise dos resultados alcançados pela PB Saúde, bem como a análise da efetividade de suas estratégias de gestão e do cumprimento do plano operativo, assegurando a ampla divulgação destas análises, com especial destaque para a Assembleia Legislativa e para o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; aprovar a abertura e o encerramento de contas bancárias e de investimentos; dentre outros.
- (C) Deliberar sobre os demais assuntos que lhe forem submetidos pela Direção Superior da PB Saúde; elaborar proposta de planos operativos, regulamentos operacionais internos, peças orçamentárias, planos diretores de investimentos, minutas de contratos, políticas e quadro de pessoal, para submetê-los à prévia apreciação da Direção Superior da PB Saúde; dentre outros.
- (D) Avaliar, anualmente, o desempenho da Direção Superior, especialmente quanto ao compromisso desta para com o alcance das metas de desempenho institucional; elaborar proposta de planos operativos, regulamentos operacionais internos, peças orçamentárias, planos diretores de investimentos, minutas de contratos, políticas e quadro de pessoal, para submetê-los à prévia apreciação; dentre outros.
- (E) Dar posse e conceder licenças aos membros da Direção Superior e ao Conselho Fiscal, assim como designar o substituto do Superintendente da PB Saúde, nos casos de afastamentos excepcionais deste, por motivos de força maior, em prazo inferior a trinta dias; cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as normas em vigor e as políticas e decisões emanadas do Conselho do Fiscal; dentre outros.

Questão 27

Vaticina o Decreto Estadual n.º 44.504 de 05 de dezembro de 2023 (Código de Ética e Conduta dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba) que a conduta de praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão, dentre outras, configurará apenas o contido em:

- (A) Conflito de interesses e conduta antiética.
- (B) Conduta vedada ao servidor e empregado público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (C) Conduta vedada apenas ao empregado público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (D) Conduta vedada apenas ao servidor público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (E) Conduta a ser observada pelo servidor e empregado público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba.

Questão 28

Diz o Estatuto da PB Saúde (Decreto Estadual nº 40.096 de 28 de fevereiro de 2020) que a nomeação para a Direção Superior deverá observar o atendimento dos seguintes requisitos obrigatórios:

- (A) Ter conhecimento e competência profissional comprovada, que seja compatível com o cargo para o qual for indicado; ter comprovada experiência profissional como servidor ocupante de cargo efetivo em órgão ou entidade da administração pública, dentre outros.
- (B) Ter conhecimento e competência profissional comprovada, que seja compatível com o cargo para o qual for indicado; ter comprovada experiência profissional de, no mínimo 2 (dois) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da PB Saúde, ou em área correlata ao cargo para o qual for indicado; dentre outros.
- (C) Ter conhecimento e competência profissional comprovada, que seja compatível com o cargo para o qual for indicado; ter comprovada experiência profissional em assessoria jurídica, serviço de soluções e orientações ao usuário (ouvidoria), unidade setorial de controle interno, gestão de riscos e *compliance*, dentre outros.
- (D) Ter conhecimento e competência profissional comprovada, que seja compatível com o cargo para o qual for indicado; ter comprovada experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos em cargo de direção (nível estratégico), ou de conselheiro de administração, ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da PB Saúde, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos mais altos da Instituição; dentre outros.
- (E) Ter conhecimento e competência profissional comprovada, que seja compatível com o cargo para o qual for indicado; ter comprovado controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com a PB Saúde ou que lhe tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, dentre outros.

Questão 29

Informa o Código de Ética e Conduta dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo do estado da Paraíba (Decreto Estadual nº 44.504 de 05 de dezembro de 2023) que o servidor ou empregado público não deve, direta ou indiretamente, solicitar, insinuar, aceitar ou receber bens, benefícios ou quaisquer vantagens materiais ou imateriais, para si ou para outrem, em razão do exercício de suas atribuições, cargo, função ou emprego público, fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento, dentre os quais podemos destacar, corretamente, o que se afirma apenas em:

- (A) Os critérios e limites para recebimento de brindes e presentes serão os mesmos constantes do Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAFA).
- (B) Serão considerados como bens e vantagens de natureza indevida o custeio de despesas por organismos multilaterais para participação de gestores-servidores em missões, eventos, simpósios, congressos ou convenções.
- (C) As condecorações, honrarias e reconhecimentos protocolares recebidos de governos, organismos nacionais e internacionais ou entidades sem fins lucrativos, nas condições em que a lei e o costume oficial admitam esses benefícios serão tratadas como bens e vantagens de natureza indevida se o valor da honraria ultrapassar o valor de um salário mínimo vigente ao tempo da homenagem.
- (D) Entende-se como bens e vantagens de natureza indevida quaisquer benefícios, viagens, hospedagens, privilégios, transporte ou valor, especialmente se proveniente de pessoa física ou jurídica que forneça os brindes de distribuição coletiva a título de divulgação ou patrocínio estipulados contratualmente por ocasião de eventos especiais ou em datas comemorativas, nos limites do contrato.
- (E) A participação do servidor ou empregado público paraibano em eventos privados ou com fins lucrativos, por interesse pessoal, fica condicionada à transparência das condições de sua participação (se palestrante ou apenas participante) sendo vedada a sua eventual remuneração.

Questão 30

Tomando por base as lições do Decreto Estadual n.º 44.504 de 05 de dezembro de 2023 (Código de Ética e Conduta dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo do Estado da Paraíba), no exercício do cargo de direção, o servidor e empregado público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba deverá:

- (A) Guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam até sua efetiva divulgação; dentre outras.
- (B) Prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada pelo ente ao qual o agente público está vinculado; dentre outras.
- (C) Exercer, direta ou indiretamente, atividade concomitante ao exercício de cargo público, que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, as atividades que possam ser beneficiadas pelo acesso a informações ou dados da qual o servidor possui acesso; dentre outras.
- (D) Conceder recompensa, vantagem ou benefício, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais e datas comemorativas, direcionados com caráter de personalidade a determinados servidores públicos; dentre outras.
- (E) Divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas; dentre outras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

Doenças reumáticas podem causar sérios comprometimentos no desempenho ocupacional de pessoas acometidas. Dentre elas está a bursite, que é uma

- (A) inflamação aguda ou crônica de uma bursa sinovial que pode ser causada por trauma repetitivo ou agudo, infecções ou outras causas.
- (B) degeneração aguda ou crônica de uma bursa sinovial que pode ser causada por trauma repetitivo ou agudo, infecções ou outras causas.
- (C) inflamação aguda ou crônica que ocorre na articulação do cotovelo, provocando dor e edema durante a realização de movimentos.
- (D) inflamação aguda ou crônica da articulação do ombro, causada por traumas ou infecções na bursa sinovial da articulação ombroumeral.
- (E) inflamação generalizada em todas as articulações, causada por traumas repetitivos ou infecções, provocando dor ao realizar movimentos.

Questão 32

A Lei nº 6.316/1975 cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. De acordo com essa lei, estes conselhos formam uma autarquia federal com a incumbência de

- (A) fiscalizar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.
- (B) executar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.
- (C) incentivar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.
- (D) planejar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.
- (E) registrar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

Questão 33

De acordo com a Resolução COFFITO nº 410/2011, é correto afirmar que

- (A) o Conselho Regional de origem do profissional em débito fica impedido de promover os meios de cobrança administrativa e judicial do crédito tributário, após seu desligamento.
- (B) a existência de débitos em nome do profissional junto ao seu Conselho Regional de origem impede, mas não interrompe o processo de transferência para outro CREFITO.
- (C) a existência de débitos em nome do profissional junto ao seu Conselho Regional de origem impede ou interrompe o processo de transferência para outro CREFITO.
- (D) a existência de débitos em nome do profissional junto ao seu Conselho Regional de origem não impede ou interrompe o processo de transferência para outro CREFITO.
- (E) a existência de débitos em nome do profissional junto ao seu Conselho Regional de origem impede ou interrompe o processo de baixa do registro profissional neste conselho.

Questão 34

Segundo a Resolução COFFITO nº 433/2013, Registro Secundário é

- (A) o segundo registro junto ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, do profissional que teve seu primeiro registro cancelado devido a processo disciplinar de infrações ao Código de Ética.
- (B) aquele que pode ser requerido pelo profissional para exercer a profissão na área de abrangência de outro CREFITO, além daquele em que se acha registrado e domiciliado, sendo facultado o segundo registro.
- (C) aquele a que está obrigado o profissional para exercer a profissão, permanente e cumulativamente, na área de abrangência de outro CREFITO, além daquele em que se acha registrado e domiciliado.
- (D) o registro concedido ao profissional de Terapia Ocupacional após o período decorrido da Licença Temporária de Trabalho, no qual aguardava a emissão do diploma de graduação para a concessão do referido registro.
- (E) aquele a que está obrigado o profissional para exercer a profissão, permanente e não cumulativa, na área de abrangência de outro CREFITO, diferente daquele em que se achava registrado e domiciliado anteriormente.

Questão 35

Segundo a Resolução COFFITO nº 425/2013, que estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional, compete aos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, em suas respectivas circunscrições

- (A) o controle ético do exercício da profissão de terapeuta ocupacional, além de firmar jurisprudência, através de normas e resoluções e atuar nos casos omissos.
- (B) zelar pela observância dos princípios e diretrizes do código de ética e deontologia da profissão, e funcionar como órgão julgador em primeira instância.
- (C) comunicar aos Conselhos Regionais, para que possam atuar com clareza e embasamento, fatos que caracterizem a não observância do Código de Ética da profissão.
- (D) zelar pela observância dos princípios do código de ética e deontologia da profissão e funcionar como Conselho Superior de Ética e Deontologia profissional.
- (E) zelar pela observância dos princípios e diretrizes do código de ética e deontologia da profissão, e funcionar como órgão julgador em última instância.

Questão 36

A saúde mental é um campo de atuação da Terapia Ocupacional desde os primórdios da profissão, cuja atuação vem se constituindo de acordo com os paradigmas culturais e sociais. Baseada nos pressupostos da reabilitação psicossocial, a Terapia Ocupacional, nesse contexto, deve

- (A) fazer com que as pessoas com transtorno mental se adaptem às exigências sociais impostas pela sociedade às quais estão inseridas.
- (B) respeitar a singularidade dos sujeitos, visando a autonomia e a participação social, dentre outros objetivos específicos para cada caso.
- (C) preconizar o cuidado em liberdade, evitando prestar atendimento a clientes em acompanhamento nos Centros de Atenção Psicossocial.
- (D) reconstruir o exercício da cidadania das pessoas com transtorno mental, já que são sujeitos privados do direito ao voto nas eleições.
- (E) ofertar espaços de troca de afetos entre pessoas com os mesmos transtornos mentais, gerando identificação ao excluir-se os demais.

Questão 37

A terapia ocupacional no âmbito da geriatria/gerontologia perpassa, na maioria das vezes, pela reabilitação cognitiva. Casos mais graves de demência podem acarretar distúrbios no esquema corporal. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) pessoas idosas com distúrbio no esquema corporal não sofrem prejuízos no seu desempenho funcional nas Atividades da Vida Diária básicas ou instrumentais.
- (B) distúrbios no esquema corporal afetam a realização de movimentos voluntários e a qualidade do desempenho funcional de idosos na execução de tarefas.
- (C) distúrbios no esquema corporal afetam a realização de movimentos voluntários, porém não afetam a qualidade do desempenho funcional de idosos na execução de tarefas.
- (D) pessoas idosas com distúrbio no esquema corporal não necessitam de reabilitação pela Terapia Ocupacional, podendo retomar suas atividades espontaneamente.
- (E) pessoas idosas não sofrem com distúrbio no esquema corporal, visto que é uma capacidade aprendida ainda na infância e não necessita de aprimoramento.

Questão 38

As disfunções sensoriais, nas quais a disfunção visual está inserida, fazem parte da área de atuação da Terapia Ocupacional. Nessa atuação junto às pessoas com disfunção visual, a reabilitação deve

- (A) realizar avaliação do cliente para propor a intervenção terapêutica de forma generalizada, pois todos os tipos de disfunção visual são iguais no comprometimento funcional.
- (B) desenvolver avaliação e intervenção baseadas na prevenção de agravos, em que o atendimento deve ser feito junto com a família e o cliente, para mudar hábitos e rotinas.
- (C) englobar Atividades da Vida Diária e adaptações no ambiente, seguindo a necessidade do cliente, não intervindo nas questões de mobilidade, pois é objetivo de outra profissão.
- (D) realizar atividades planejadas, preferencialmente, para o ambiente interno da residência do cliente, evitando atividades ao ar livre devido às barreiras arquitetônicas do ambiente.
- (E) englobar Atividades da Vida Diária básicas e instrumentais, atividades de orientação e mobilidade, além de adaptações no ambiente, de acordo com a necessidade do cliente.

Questão 39

O processo e o procedimento por infrações ético-disciplinares cometidas por Terapeutas Ocupacionais, segundo a Resolução COFFITO nº 423/2013, deverão

- (A) tramitar com acesso aberto ao público, com divulgação nacional, servindo de exemplo disciplinar para inibir possíveis casos futuros.
- (B) tramitar em sigilo, cabendo, tão somente, às partes e aos seus procuradores, acesso aos autos para qualquer fim de direito.
- (C) iniciar-se mediante representação, feita por qualquer pessoa, noticiando ou não, fatos que configurem infração ético-disciplinar.
- (D) iniciar-se mediante representação, feita por terapeutas ocupacionais atuantes, ou em decorrência de ato fiscalizatório do CREFITO.
- (E) tramitar com acesso aberto ao público, conforme a Lei de Acesso à Informação que impede o sigilo de dados de interesse público.

Questão 40

A Resolução COFFITO nº 8/1978 aprova as normas para habilitação ao exercício das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. De acordo com essa resolução, é indispensável para o exercício da profissão de terapeuta ocupacional

- (A) a formação profissional de nível superior em curso oficial, reconhecido ou não, de instituição de ensino autorizada e vinculação ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) com jurisdição em todo o território nacional.
- (B) a formação profissional de nível superior em curso oficial ou reconhecido, de instituição de ensino autorizada e vinculação ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) com jurisdição em qualquer região do país.
- (C) a formação profissional de nível superior em curso oficial ou não oficial, de instituição de ensino autorizada e vinculação ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) com jurisdição na área do exercício da atividade profissional.
- (D) a formação profissional de nível superior em curso oficial ou reconhecido, de instituição de ensino autorizada e vinculação ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) com jurisdição na área do exercício da atividade profissional.
- (E) a formação profissional de nível superior em curso extraoficial reconhecido, de instituição de ensino autorizada ou não, e vinculação ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) com jurisdição na área do exercício da atividade profissional.

Questão 41

A Resolução COFFITO nº 37/1984 apresenta o regulamento para registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. De acordo com esse regulamento, o referido registro é requerido por

- (A) responsável técnico da empresa, em formulário por ele elaborado, ao presidente do CREFITO com jurisdição sobre a região de funcionamento da empresa.
- (B) qualquer profissional da empresa, em formulário próprio, ao presidente do CREFITO com jurisdição sobre a região de funcionamento da empresa.
- (C) representante legal da empresa, em formulário próprio, ao presidente do COFFITO com jurisdição em qualquer região do país.
- (D) proprietário da empresa, em formulário por ele elaborado, ao presidente do COFFITO com jurisdição sobre a região de funcionamento da empresa.
- (E) representante legal da empresa, em formulário próprio, ao presidente do CREFITO com jurisdição sobre a região de funcionamento da empresa.

Questão 42

A Terapia Ocupacional Social vem crescendo no Brasil, com profissionais cada vez mais inseridos nos equipamentos sociais, atuando com populações em vulnerabilidades. Nesse contexto, a Terapia Ocupacional no campo social

- (A) procura compreender o território e a comunidade onde os sujeitos estão inseridos, cujo foco das intervenções terapêuticas é a comunidade e, por isso, as ações devem ser impreterivelmente coletivas, para atingir todas as pessoas inseridas na comunidade, visando a participação social.
- (B) compreende as interações entre os sujeitos, as formas e intensidades de dissolução de vínculos, de vulnerabilização social e precarização do trabalho, fazendo reflexões sobre as realidades dos sujeitos, propondo maneiras de auxiliá-los nas transformações, mesmo que não sejam desejadas.
- (C) compreende as interações entre os sujeitos, as formas e intensidades de dissolução de vínculos, de vulnerabilização social e precarização do trabalho, possibilitando reflexões sobre suas próprias realidades, encontrando maneiras de auxiliá-los nas transformações, caso sejam desejadas.
- (D) deve orientar sua prática a partir da análise das necessidades dos sujeitos, compreendendo seu movimento de história e de vida e a realidade da comunidade na qual estão inseridos, adotando, assim, uma intervenção terapêutica ocupacional orientada pelo eixo estruturador saúde-doença.
- (E) procura compreender o território e a comunidade onde os sujeitos estão inseridos, cujo foco das intervenções terapêuticas é o indivíduo em sua singularidade, não importando sua participação nessa comunidade ou os benefícios e prejuízos que possam surgir a partir dessa interação social.

Questão 43

De acordo com o Regimento Interno Padrão dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITOS), cuja adequação foi aprovada pela Resolução COFFITO nº 182/1997, Os CREFITOS, no âmbito da administração interna da Instituição, são

- (A) instâncias de 1º grau apenas nas áreas normativa, contenciosa e disciplinar.
- (B) instâncias de 1º grau nas áreas deliberativa e administrativa, e de 2º grau na normativa.
- (C) instâncias de 1º grau apenas nas áreas deliberativa, administrativa e disciplinar.
- (D) instâncias de 1º grau nas áreas: deliberativa, normativa, administrativa, contenciosa e disciplinar.
- (E) instâncias de 1º grau nas áreas disciplinar e administrativa, e de 2º grau na deliberativa.

Questão 44

Os transtornos de ansiedade estão cada vez mais presentes na clínica terapêutica ocupacional e incluem transtornos que compartilham características de medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais relacionados. Marque a alternativa que contenha apenas exemplos de transtorno de ansiedade, segundo o DSM-V.

- (A) Mutismo Seletivo, Transtorno Disfórico Pré-menstrual e Transtorno de Pânico.
- (B) Transtorno de Ansiedade Generalizada, Fobia social e Transtorno de Acumulação.
- (C) Transtorno de Ansiedade de Separação, Mutismo Seletivo e Fobia Específica.
- (D) Transtorno Obsessivo-Compulsivo, Agorafobia e Transtorno de Ansiedade Social.
- (E) Transtorno de Pânico, Ansiedade Social e Transtorno de Estresse Pós-traumático.

Questão 45

O Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional proposto pela Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA, 2020) descreve os conceitos centrais que fundamentam a prática da profissão, onde o domínio e o processo ligam-se numa relação transacional indissociável. Assim, as ocupações são descritas nesse enquadramento como

- (A) atividades cotidianas cuja forma de ação é objetiva e não relacionada com um envolvimento ou contexto específico de um cliente, podendo ser selecionadas para o fim terapêutico.
- (B) atividades cotidianas que as pessoas realizam como indivíduos, em famílias e com as comunidades para ocupar o tempo e trazer significado e propósito à vida.
- (C) atividades humanas realizadas dentro de um contexto sociocultural, com significado para o sujeito, sem necessitar ter impacto na funcionalidade, apenas na participação social.
- (D) atividades cotidianas categorizadas como atividades básicas da vida diária e atividades da vida diária instrumentais, não incluindo trabalho, lazer ou participação social.
- (E) atividades que incluem coisas que as pessoas não precisam, mas querem fazer, independente do que se espera que façam, mesmo que não tenham algum significado.

Questão 46

A Resolução COFFITO nº 413/2012 dispõe sobre o Regime Interno do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO, postulando que este conselho

- (A) é instância superior apenas nas áreas: deliberativa e normativa, adotando, para tanto, processo administrativo que assegure a ampla defesa e o contraditório.
- (B) funciona como Superior Tribunal de Ética, sendo última e definitiva instância nos assuntos relacionados ao exercício das profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional.
- (C) exerce função normativa, baixa atos deliberativos e fiscaliza, presencialmente, o exercício profissional em todo o território nacional, adotando as devidas providências para este fim.
- (D) é instância primária nas áreas: deliberativa, contenciosa e disciplinar, adotando, para tanto, processo administrativo que assegure a ampla defesa e o contraditório.
- (E) funciona como Superior Tribunal de Ética, sendo a primeira instância nos assuntos relacionados ao exercício das profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional.

Questão 47

De acordo com a Resolução COFFITO nº 472/2016, a isenção do pagamento da anuidade do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO poderá ser concedida a profissionais com

- (A) doença grave que comprove, por meio de exames, a sua real gravidade, ficando isento por tempo indeterminado, independente do tipo de doença.
- (B) doença crônica que deve ser comprovada junto ao CREFITO, sendo, a isenção, concedida permanentemente para doenças passíveis de controle.
- (C) doença grave passível de controle, devendo ser comprovada por laudo pericial emitido por qualquer serviço médico público ou particular.
- (D) doença crônica, cuja decisão da isenção será proferida pelo plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO.
- (E) doença grave prevista em Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil que estiver em vigor para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Questão 48

São várias as condições neuro-ortopédicas que acometem crianças. Dentre elas, está a Paralisia Cerebral (PC), que pode ser definida como

- (A) um distúrbio persistente da postura e do movimento decorrente de uma lesão progressiva na região cerebral, sem comprometimento da função motora, tônus e equilíbrio muscular.
- (B) um distúrbio inconstante da postura e do movimento decorrente de uma lesão progressiva na região cerebral, com pouco prejuízo da função motora, tônus e equilíbrio muscular.
- (C) um distúrbio persistente da postura e do movimento decorrente de uma lesão não progressiva na região cerebral, comprometendo a função motora, mas que tem cura.
- (D) um distúrbio persistente da postura e do movimento decorrente de uma lesão progressiva na região cerebelar, comprometendo função motora, tônus e equilíbrio muscular.
- (E) um distúrbio persistente da postura e do movimento decorrente de uma lesão não progressiva na região cerebral, comprometendo função motora, tônus e equilíbrio muscular.

Questão 49

O/a terapeuta ocupacional que atua na saúde mental deve conhecer os principais sintomas dos transtornos mentais. Assim, dentre os transtornos depressivos, com base no DSM-V, a principal diferença entre o Transtorno Depressivo Maior (TDM) e o Transtorno Depressivo Persistente (TDP) é a duração e a intensidade dos sintomas, pois

- (A) o TDM é caracterizado por sintomas depressivos, geralmente incluindo-se a ideação suicida, com duas semanas de duração e o TDP apresenta os sintomas depressivos, mas com menor intensidade, persistindo por dois anos ou mais (no caso de adultos), embora os dois transtornos não sejam excludentes.
- (B) o TDP é caracterizado por sintomas depressivos, geralmente incluindo-se a ideação suicida, com duas semanas de duração e o TDM apresenta os mesmos sintomas, mas com menor intensidade, persistindo por dois anos ou mais (no caso de adultos), embora os dois transtornos não sejam excludentes.
- (C) o TDP é caracterizado por sintomas depressivos, incluindo-se a ideação suicida, com duas semanas de duração e o TDM apresenta os mesmos sintomas, mas com menor intensidade, persistindo por dois meses (no caso de adultos), cujos transtornos são excludentes entre si.
- (D) o TDM é caracterizado por sintomas depressivos, excluindo-se a ideação suicida, com duas semanas de duração e o TDP apresenta os mesmos sintomas, mas com maior intensidade, persistindo por dois meses (no caso de adultos), cujos transtornos são excludentes entre si.
- (E) o TDP é caracterizado por sintomas depressivos, incluindo-se a ideação suicida, com duas semanas de duração e o TDM apresenta sintomas diferentes, incluindo psicóticos, com menor intensidade, persistindo por dois anos ou mais (no caso de adultos), embora os dois transtornos não sejam excludentes.

Questão 50

Dentre os processos patológicos que podem resultar em Acidente Vascular Cerebral (AVC), está a aterosclerose, que é caracterizada por

- (A) acúmulo de placas de gordura, cálcio e outras substâncias nas artérias, dificultando a passagem de sangue nos vasos sanguíneos.
- (B) alongamento e frouxidão das artérias provocados pelo desgaste das paredes dos vasos sanguíneos ao longo dos anos de vida.
- (C) aumento da pressão sanguínea (hipertensão arterial) provocada pelo acúmulo de plaquetas nas paredes das artérias e das veias.
- (D) acúmulo de sangue nos vasos sanguíneos dificultando a passagem de outras substâncias, como colesterol e cálcio, prejudicando a circulação.
- (E) enrijecimento e estreitamento das artérias, que pode ser acelerado pela formação de placas, podendo ser chamada de arterioesclerose.

Questão 51

O sistema cardiovascular é responsável por distribuir oxigênio para todas as regiões do corpo e qualquer ameaça que cause impacto no seu funcionamento pode provocar fadiga muscular ou dispnéia, provocando prejuízos no desempenho ocupacional dos sujeitos. A Terapia Ocupacional, ao atuar nessa área, deve considerar alguns aspectos, tais como:

- (A) Avaliar os aspectos clínico-funcionais e sociofamiliares para identificar disfunções, adotar um modelo de intervenção que priorize as estruturas e funções do corpo, para atingir as necessidades de independência, autonomia e satisfação nas atividades de interesse do cliente.
- (B) O/a terapeuta ocupacional deve definir seu papel específico, traçar objetivos de tratamento e intervenção imediatamente após a indicação para o atendimento, sem necessitar avaliar os aspectos clínico-funcionais do cliente, devido a urgência nos casos de cardiopatia.
- (C) Avaliar os aspectos clínico-funcionais e sociofamiliares para identificar disfunções, adotar um modelo de intervenção que priorize as atividades e participação social para atingir as necessidades de independência, autonomia e satisfação nas atividades de interesse do cliente.
- (D) A intervenção terapêutica ocupacional para pacientes cardiopatas limita-se ao contexto hospitalar, quando esse serviço já é disponibilizado pelo hospital, uma vez que essa condição demanda mais cuidados clínicos e medicamentosos, não necessitando de reabilitação funcional.
- (E) Avaliar os aspectos funcionais e sociofamiliares para identificar disfunções, não necessitando observar os aspectos clínicos, já que são prioridade do acompanhamento médico; adotar um modelo de intervenção para atingir as necessidades de independência do cliente.

Questão 52

Próteses são equipamentos de tecnologia assistiva utilizados na prática clínica da Terapia Ocupacional no tratamento de disfunções físicas. Sobre esse equipamento, é correto afirmar que

- (A) é um dispositivo essencialmente funcional, sem necessidade de atender aos aspectos estéticos, que auxilia no desempenho das atividades cotidianas de amputados.
- (B) é um dispositivo acrescentado ao corpo para substituir esteticamente ou funcionalmente um membro perdido por deficiência congênita ou adquirida.
- (C) é um dispositivo acrescentado ao corpo para melhorar a funcionalidade de um membro, tanto inferior quanto superior, não podendo ser substitutivo deste.
- (D) é um dispositivo também chamado de endoesqueleto, confeccionado por tubos conectados que fornecem a sustentação e funcionalidade ao coto, na região do membro perdido.
- (E) é um dispositivo fabricado, essencialmente, com material plástico na cor da pele do paciente, para acomodar-se ao corpo, substituindo esteticamente, o membro perdido.

Questão 53

A pandemia de Covid-19 foi um momento trágico que precisou de medidas que contemplassem as necessidades das pessoas com relação aos cuidados em saúde. Com isso, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO emitiu a Resolução COFFITO nº 516/2020, que estipulou a permissão para atendimento não presencial, devendo ocorrer

- (A) apenas nas modalidades: teleconsultoria e telemonitoramento.
- (B) nas modalidades: teleconsulta, teleconsultoria e telemonitoramento.
- (C) nas modalidades: teleconferência, teleatendimento e telemonitoramento.
- (D) apenas nas modalidades: teleconsulta e telemonitoramento.
- (E) apenas nas modalidades: teleconsulta e teleconsultoria.

Questão 54

A práxis é um elemento importante para a prática da Terapia Ocupacional, que deve ser observada pelo profissional para identificar possíveis alterações. A apraxia é uma dessas alterações, causada por uma disfunção cerebral, sendo caracterizada por

- (A) dificuldade de executar movimentos e gestos novos, como resultado de uma patologia neurológica que acomete recém-nascidos.
- (B) dificuldade de executar movimentos e gestos aprendidos, como resultado de alguma paralisia física ou problemas musculares.
- (C) dificuldade de executar movimentos e gestos aprendidos, devido à falta de aptidão física e de vontade para executá-los.
- (D) dificuldade de executar movimentos e gestos novos, inéditos, mesmo tendo aptidão física, mas sem vontade para executá-los.
- (E) dificuldade de executar movimentos e gestos aprendidos, mesmo tendo aptidão física e vontade para executá-los.

Questão 55

De acordo com o Código de Ética da profissão, o/a terapeuta ocupacional, no exercício da docência, da preceptoria, da pesquisa e da produção científica, deverá observar que

- (A) deve ter o cuidado em instigar ou induzir alunos sob sua supervisão contra órgãos ou entidades de classe, estimulando a livre construção do pensamento crítico.
- (B) pode apropriar-se de material didático de outrem, ocultando sua autoria, sem autorização formal, por se tratar de uso para a divulgação do conhecimento.
- (C) deve tecer crítica a teorias, métodos ou técnicas de forma pessoal e impessoal, visando o autor, o tema e o seu conteúdo, se assim considerar adequado.
- (D) é responsável por intervenções e trabalhos acadêmicos executados por alunos sob sua supervisão e por ações realizadas por residentes sob sua preceptoria.
- (E) é permitido o ensino de procedimentos próprios da Terapia Ocupacional visando à formação profissional de outrem, incluindo acadêmicos de Terapia Ocupacional.

Questão 56

O Título de Especialidade Profissional em Terapia Ocupacional significa a exação deste exercício profissional e representa uma atenção especial e especializada em face das solicitudes dos clientes, familiares e sociedade. Este título, segundo a Resolução COFFITO nº 378/2010, é concedido ao/à terapeuta ocupacional que

- (A) for aprovado/a em Exame de Conhecimento e Prova de Títulos na especialidade requerida, caso esteja apto para a sua concessão, excluindo-se os profissionais que estiveram fora do país por um período de dois anos intermitentes ou ininterruptos.
- (B) estiver apto à concessão (mínimo dois anos ininterruptos ou intermitentes de inscrição no Conselho Regional, em gozo de seus direitos profissionais) e for aprovado/a em Exame de Conhecimento e Prova de Títulos na especialidade requerida.
- (C) for aprovado/a em Exame de Conhecimento e Prova de Títulos na especialidade requerida, caso esteja apto para a sua concessão, incluindo-se os graduados há pelo menos um ano, inscritos no Conselho Regional sob Licença Temporária de Trabalho.
- (D) tenha obtido diploma de graduação em Terapia Ocupacional há pelo menos dois anos e que seja aprovado/a em Exame de Conhecimento e Prova de Títulos na especialidade requerida ou em outras áreas afins, mesmo sem inscrição no Conselho Regional.
- (E) for aprovado/a em Exame de Conhecimento e Prova de Títulos na especialidade requerida, caso esteja apto para a sua concessão, incluindo-se profissionais que obtiveram diploma fora do país, que comprovem um ano ininterrupto de inscrição no Conselho Regional.

Questão 57

A proliferação do Zika Vírus, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, ocasionou, no Brasil, um surto de microcefalia em recém-nascidos. A atuação da Terapia Ocupacional em crianças com microcefalia

- (A) não deve ser recomendada para crianças acometidas com microcefalia, visto que é uma área em que a intervenção terapêutica ocupacional não tem demonstrado resultados satisfatórios, ficando a cargo da família definir se é necessária ou não.
- (B) deve ser realizada o mais cedo possível, logo após o diagnóstico, pois o tempo de melhora varia de acordo com cada caso clínico, uma vez que o acometimento é igual em todas as crianças, comprometendo funções neurais, musculoesqueléticas e sensoriais.
- (C) concentra-se em estimular, promover e desenvolver capacidades e habilidades psicomotoras, cognitivas e sensoriais necessárias para o processo de habilitação e treino das áreas de ocupação, bem como orienta familiares e cuidadores na execução das atividades da criança.
- (D) deve ser realizada somente em casos mais graves da doença, com comprometimento global do desenvolvimento, enfatizando-se o ganho de massa muscular para a melhora do suporte musculoesquelético importante para a realização das Atividades da Vida Diária.
- (E) concentra-se na orientação aos familiares e cuidadores das crianças na execução das atividades de cuidado com elas, uma vez que são os principais responsáveis pelo desenvolvimento das habilidades destas crianças, devido ao tempo que passam juntos.

Questão 58

A Resolução COFFITO nº 545/2021 reconheceu a Psicomotricidade como recurso terapêutico ocupacional. Segundo essa resolução, o/a terapeuta ocupacional que atua na psicomotricidade

- (A) deverá considerar o desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas, sem considerar as motoras, na melhora da qualidade de vida diária e vida prática, ambas áreas de estudo e atendimento específicas da Terapia Ocupacional.
- (B) desenvolverá atividades de psicomotricidade relacional e funcional, de acordo com o processo terapêutico ocupacional, na atenção e melhora do desenvolvimento global, na valorização e no aprimoramento da destreza e da aptidão do indivíduo.
- (C) prestará assistência a indivíduos, no âmbito de suas ações terapêuticas, na adaptação com o meio ambiente, na tríade biopsicossocial, promovendo sua inserção apenas no contexto escolar, que é prioridade para o público infantil atendido.
- (D) desenvolverá atividades somente de psicomotricidade funcional, de acordo com o processo terapêutico ocupacional, na atenção e melhora específica do desenvolvimento motor, na valorização e no aprimoramento da destreza e da aptidão do indivíduo.
- (E) desenvolverá a educação psicomotora em todas as esferas de abordagem, época ou fase do desenvolvimento infantil, devendo restringir o uso desse recurso para o público infantil, que é essencialmente o mais atingindo por disfunções psicomotoras.

Questão 59

A Responsabilidade Técnica pelas atividades profissionais da Terapia Ocupacional, de acordo com a Resolução COFFITO nº 139/1992, poderá ser exercida

- (A) por profissionais de qualquer área de atuação, desde que, no serviço, haja pelo menos um profissional Terapeuta Ocupacional que se responsabilize pela equipe.
- (B) com exclusividade e autonomia, por profissional Terapeuta Ocupacional ou Fisioterapeuta, com registro no Conselho Regional em, no máximo, dois serviços.
- (C) com exclusividade e autonomia, por profissional Terapeuta Ocupacional, com registro no Conselho Regional em, no máximo, dois serviços.
- (D) por Terapeuta Ocupacional ou estudantes do último ano da graduação que atuem no serviço como estagiários, desde que possuam registro no CREFITO, ainda que provisório.
- (E) com exclusividade por Terapeuta Ocupacional, com registro no Conselho Regional em, no máximo, três serviços, mas não de forma autônoma.

Questão 60

A Licença Temporária de Trabalho para Terapeutas Ocupacionais, instituída pela Resolução COFFITO: nº 244/2002, é um ato administrativo destinado a

- (A) permissão do exercício profissional pelo período de até um ano, não renovável, ao indivíduo em aguardo da expedição do diploma de graduação pela Instituição de Ensino Superior, ou em situações especiais, desde que autorizada pelo plenário do COFFITO.
- (B) permissão do exercício profissional pelo período de até dois anos, não renovável, ao indivíduo em aguardo da expedição do diploma de graduação pela Instituição de Ensino Superior, ou em situações especiais, desde que autorizada pelo plenário do CREFITO.
- (C) permissão do exercício profissional pelo período de até um ano, renovável por igual período, ao indivíduo em aguardo da expedição do diploma de graduação pela Instituição de Ensino Superior, ou em situações especiais, desde que autorizada pelo plenário do COFFITO.
- (D) permissão do exercício profissional pelo período de até um ano, não renovável, ao indivíduo cursando o último ano da graduação de Terapia Ocupacional em Instituição de Ensino Superior, ou em situações especiais, desde que autorizada pelo plenário do COFFITO.
- (E) permissão do exercício profissional pelo período de até seis meses, renovável, ao indivíduo em aguardo da expedição do diploma de graduação pela Instituição de Ensino Superior, ou em situações especiais, desde que autorizada pelo plenário do CREFITO.

Questão 61

A Terapia Ocupacional utiliza os mais variados recursos terapêuticos na sua prática, de acordo com os objetivos do tratamento e o interesse do cliente. As atividades lúdicas são um importante recurso utilizado na prática clínica. Baseando-se no modelo lúdico, é correto afirmar que

- (A) as atividades lúdicas incluem as atividades de vida diária e atividades de lazer, com brincadeiras do interesse do cliente, ainda que sejam brincadeiras inapropriadas para a idade.
- (B) as atividades lúdicas proporcionam um comportamento de prazer e satisfação, que é saudável e persistente nas diversas fases da vida dos sujeitos.
- (C) as atividades lúdicas devem ser extremamente exploradas pela Terapia Ocupacional para incentivar o brincar em qualquer faixa etária, independente do tipo de brincadeiras.
- (D) as atividades lúdicas devem ser utilizadas pela Terapia Ocupacional apenas na área da infância, para não constranger adultos com uso de brincadeiras.
- (E) estão inclusas, nas atividades lúdicas, apenas o brincar através de jogos e brincadeiras com regras, para incentivar a obtenção de limites terapêuticos pelo cliente.

Questão 62

Deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático. Sobre a intervenção terapêutica ocupacional nesse transtorno, é correto afirmar que

- (A) tem como objetivo principal, desenvolver, juntamente com o/a cliente, possibilidades de partilha de significados a partir das atividades que o/a cliente não consegue realizar, baseando a avaliação nas suas condições futuras.
- (B) a deficiência intelectual é compreendida como um distúrbio pontual e, com isso, a intervenção é focada na atenção no momento presente, considerando apenas o que a criança apresenta de dificuldade atual nas suas relações.
- (C) é focada nas defasagens apresentadas pelo/a cliente, como as disfunções intelectuais, motoras e sociais, objetivando o exercício dessas áreas defasadas, com atividades repetitivas para atingir o aprimoramento do aprendizado.
- (D) é voltada para o desenvolvimento global, com ênfase na construção, juntamente com o/a cliente, de instrumentos motores, psíquicos e sociais, visando alcançar ações mais autônomas possíveis, para uma vida plena e produtiva.
- (E) o processo terapêutico ocorre a partir do que é observado pelos pais da criança no contexto familiar e informado ao/a terapeuta ocupacional que, utilizando essas informações, desenvolve o plano terapêutico do/a cliente.

Questão 63

Existe uma multiplicidade de patologias incluídas na clínica terapêutica ocupacional em ortopedia. Dentre elas está a artrose, que é

- (A) uma doença neurológica aguda que provoca inflamação das articulações, comprometimento muscular e esquelético, causando desconforto, dor, limitações, inflamações e deformações.
- (B) uma doença degenerativa que provoca o desgaste das cartilagens que protegem as articulações, aumentando o atrito entre os ossos, causando desconforto, dor, inflamações e deformações.
- (C) uma doença inflamatória crônica das cartilagens que protegem as articulações, provocada por alterações no sistema imune, causando desconforto, dor, inflamações e deformações.
- (D) uma doença inflamatória aguda que acomete as cartilagens que protegem as articulações, aumentando o atrito entre os ossos, causando desconforto, dor, inflamações e deformações.
- (E) uma doença que provoca o desgaste das cartilagens que protegem as articulações, causando desconforto, dor, inflamações e deformações, sendo reversível através do uso de medicamentos.

Questão 64

A isenção do pagamento da anuidade do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO está prevista na Resolução COFFITO nº 435/2013, sendo permitida para

- (A) profissionais que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade e trinta anos de exercício profissional, contínuo ou não, mediante deferimento de requerimento do profissional dirigido ao presidente do CREFITO, constando os devidos documentos comprobatórios.
- (B) profissionais que comprovarem insuficiência de recursos financeiros para este fim, considerando a obediência ao princípio constitucional da reserva legal tributária, devendo emitir requerimento junto ao CREFITO, com os devidos documentos comprobatórios.
- (C) profissionais que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade e trinta anos de exercício profissional, ininterruptos, mediante deferimento de requerimento do profissional dirigido ao presidente do COFFITO, constando os devidos documentos comprobatórios.
- (D) profissionais com registro em duas instâncias dos Conselhos Regionais, ficando isento do pagamento da anuidade advinda da segunda inscrição no referido conselho, gozando de todos os direitos para o exercício profissional em ambos.
- (E) profissionais que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade e trinta anos de exercício profissional, contínuo ou não, concedida de forma automática após constatada a idade do profissional através do banco de dados do CREFITO.

Questão 65

As doenças pulmonares podem causar prejuízos na funcionalidade dos sujeitos, de acordo com o seu grau de comprometimento. A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma delas. A Terapia Ocupacional, frente a pacientes com DPOC, deve

- (A) orientar sobre a adaptação do ambiente para essas pessoas, indicando a retirada de janelas para não entrar poeira ou outros fragmentos que possam prejudicar a qualidade do ar e, assim, piorar os sintomas relacionados a essa patologia.
- (B) evitar recomendar a realização de qualquer atividade física para essas pessoas, independente do grau da doença, visto que todo esforço, por menor que seja, pode aumentar a dispneia e acentuar os demais sintomas, em qualquer fase, prejudicando o tratamento.
- (C) indicar a realização de atividades com força e resistência máxima no início do tratamento, para aumentar a capacidade funcional nas atividades cotidianas melhorando, assim, a capacidade pulmonar durante a realização dessas atividades.
- (D) realizar orientações sobre conservação de energia para reduzir o gasto energético durante a realização de atividades cotidianas diminuindo, também, a sensação de dispneia e aumentando a funcionalidade na execução das tarefas.
- (E) orientar a família para que a pessoa com DPOC mantenha o máximo de repouso possível, evitando realizar suas atividades cotidianas, para evitar gasto energético, que provocaria aumento da dispneia e comprometimento do tratamento.

